

METODOLOGIA HÍBRIDA PARA TRABALHOS COM COMUNIDADES: uma associação entre as Tecnologias de Informação e de Comunicação com mobilizações e intervenções locais

Inês de Oliveira Noronha¹

Arthur Ribas de Souza Sales²

Keyty de Andrade Silva³

Resumo: Considerando o cenário vivenciado mundialmente pela pandemia ocasionada pelo novo coronavírus, no âmbito do licenciamento ambiental, os trabalhos junto às comunidades situadas nas áreas de influência dos empreendimentos precisaram passar por adaptações metodológicas. Tais mudanças visaram proporcionar a segurança dos envolvidos nas atividades, profissionais e atores sociais, ao mesmo tempo que garantiram a continuidade da realização dos trabalhos. Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo discorrer sobre a experiência obtida durante a realização de trabalhos com comunidades por meio de metodologia híbrida, que associa a comunicação mediada por meio de tecnologias digitais com mobilizações e intervenções *in loco*.

Palavras-chave: Metodologia híbrida; Comunidades; Área de influência; Coronavírus; Meio Ambiente.

Abstract: Considering the scenario experienced worldwide by the pandemic caused by the new coronavirus, within the scope of environmental licensing, work with communities located in the areas of influence of the projects had to undergo methodological adaptations. Such changes aimed to provide the safety of those involved in the activities, professionals and social actors, while ensuring the continuity of the work. In this context, this article aims to discuss the experience obtained during the performance of work with communities through a hybrid methodology, which combines communication mediated through digital technologies with mobilizations and on-site interventions.

Key words: Hybrid methodology; Communities; Influence area; Coronavirus; Environment.

Introdução

No âmbito das atividades desenvolvidas no licenciamento ambiental uma das modalidades de trabalho desenvolvidas, refere-se ao relacionamento com comunidades situadas nas áreas de influência de empreendimentos diversos, e que

¹ Doutora em Educação, Arqueóloga, Diplomado em Arqueologia e Patrimônio, Diretora Técnica da Socioambiental Projetos Ltda., em Belo Horizonte/MG – socioambientalprojetos@uol.com.br

² Engenheiro Ambiental, Técnico em Meio Ambiente, Analista Ambiental da Socioambiental Projetos Ltda., em Belo Horizonte/MG – arthursales.socioambiental@gmail.com

³ Mestre em Sociedade, Ambiente e Território; Bacharel em Ciências Socioambientais; Consultora Ambiental – andrade.keyty@gmail.com

muitas vezes são diretamente impactadas pelas atividades desenvolvidas. Com a pandemia ocasionada pelo novo coronavírus o relacionamento com as comunidades sofreu limitações tendo em vista as recomendações de distanciamento social e não realização de eventos presenciais com aglomeração de pessoas, o que impactou diretamente nos trabalhos “porta a porta” e nas mediações grupais desenvolvidas.

Diante das transformações tem-se buscado formas de adaptação das metodologias de relacionamento existentes e das técnicas participativas, a fim de garantir a continuidade dos trabalhos e o elevado nível de participação dos atores envolvidos. Neste sentido, o presente artigo apresenta uma proposta de metodologia híbrida no relacionamento com comunidades, envolvendo um trabalho pautado em duas etapas: uma presencial e uma remota, por meio da comunicação mediada por aparelhos eletrônicos.

Esta metodologia está pautada nos princípios da Educação Ambiental (EA) Crítica, que nos últimos anos, passou a ser discutida em oposição ao modelo conservador da Educação Ambiental, sendo apontadas as diferenças, vantagens e desvantagens de ambas as vertentes. Com a difusão da EA Crítica nos espaços de discussão e trabalho, a tendência é que, cada vez mais, ela tome o lugar da conservadora.

O propósito da EA Crítica é o de incentivar um debate mais amplo e sistêmico, em que o sujeito enxergue a complexidade das relações ambientais, sociais e culturais, e, dessa forma, possa intervir no cenário em consonância com a realidade local.

Para Sato (1997) a EA na teoria crítica, deve ser apoiada na educação para o ambiente, sendo capaz de promover o verdadeiro sentido de participação. Ainda para a autora,

“[...] a EA deve ser projetada sobre as realidades locais e globais, abrangendo os principais espaços da sociedade civil, das diversas instituições e do Estado, com relevância na compreensão de que a relação “ser humano - natureza” é mediatizada pelas relações na sociedade e representa um ponto central na capacidade de ação ética, educativa e comunicativa, que permita a construção de um mundo mais justo e igualitário (SATO, 1997, p.87)”.

A Tabela a seguir, sintetiza os preceitos de ambas as vertentes, crítica e conservadora, a partir de quatro características dos processos de Educação Ambiental.

Características	Crítica	Conservadora
Visão de Homem	Situado histórica e socialmente	Abstrato, genérico
Visão de Sociedade	Conflituosa e desigual	Conjunto de indivíduos
Papel da Educação	Problematizador e transformador	Instrumental e viés comportamentalista
Foco	Compreensão e transformação da dinâmica social	Mudanças de comportamentos, atitudes e valores morais individuais

Tabela 1: Educação Ambiental Crítica x Conservadora.

Fonte: Adaptado de Layrargues (In: Loureiro et al., 2006, p. 98; Loureiro, 2006, p. 111-112).

No que se refere à legislação no estado de Minas Gerais a Educação Ambiental no âmbito do licenciamento, é regulamentada pela Deliberação Normativa do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM) nº 238, de 26 de agosto de 2020 (MINAS GERAIS, 2020). Esta nova deliberação estabeleceu algumas alterações no texto da Deliberação Normativa COPAM nº 214, de 26 de abril de 2017, que até então estabelecia as diretrizes para a elaboração e execução dos Programas de Educação Ambiental no estado.

Dentre outros aspectos, a Educação Ambiental no licenciamento em Minas Gerais, através do respaldo técnico e legal trazido pela DN COPAM nº 238/2020, demonstra um compromisso de responsabilidade social com as comunidades diretamente impactadas pelas atividades dos empreendimentos licenciados, além de enfatizar as características de continuidade e permanência que a Educação Ambiental possui, tendo em vista que esta não pode ser um processo pontual.

A Figura 1 apresentada a seguir, exemplifica as etapas que envolvem a realização do Programa de Educação Ambiental.

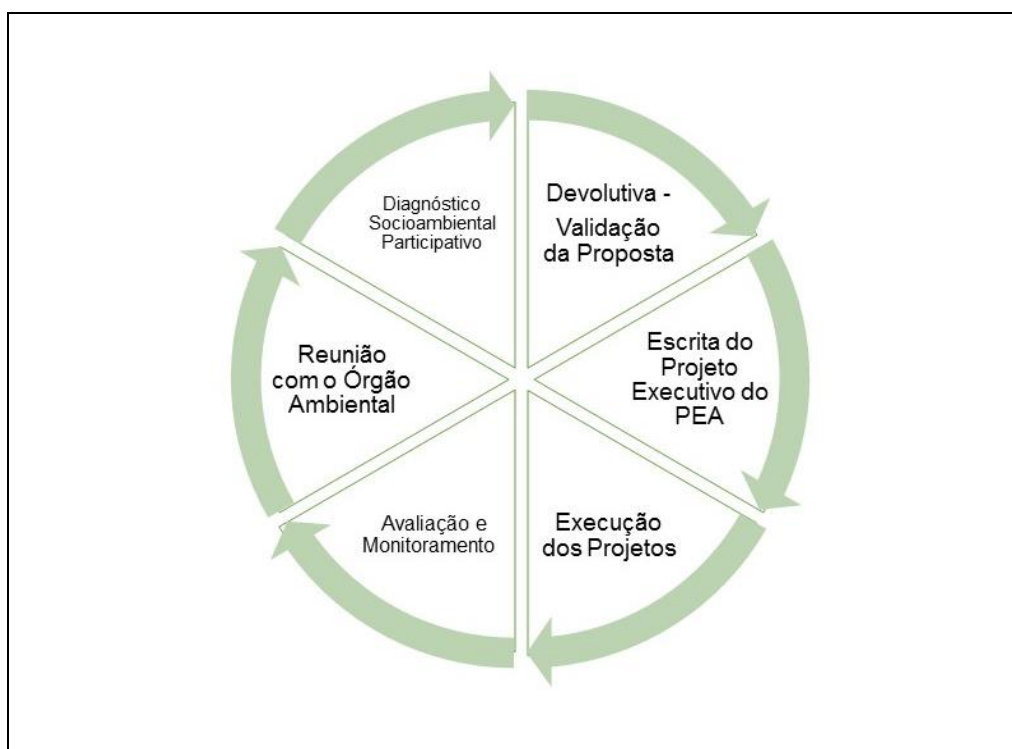


Figura 1. Ciclo de etapas do PEA.

Fonte: SOCIOAMBIENTAL, 2020.

Como forma de manutenção dos preceitos da Educação Ambiental Crítica em meio ao cenário de pandemia, internalizou-se no trabalho junto às comunidades o uso da comunicação mediada por tecnologias digitais.

Segundo Veloso (2017, p.05) as Tecnologias de Informação e de Comunicação (TIC) constituem-se em “uma das modalidades mais expressivas no avanço tecnológico, e a identificação e reflexão sobre suas possibilidades de aplicação ao trabalho tem sido uma preocupação em diversas profissões”. Para Carleto e Santana (2017, p.74) as TIC “têm rompido barreiras geográficas, diminuindo distâncias e facilitado o acesso à informação e à interação social dos sujeitos”.

As tecnologias digitais possibilitam, nesse sentido, uma facilitação na comunicação e manutenção das relações, sejam para fins de interação social ou direcionadas ao ambiente de trabalho. Nesse último, a apropriação da TIC pode, conforme aponta Veloso (2017), assumir um caráter estratégico ao possibilitar melhorias e avanços significativos, proporcionando avanços relacionados à ampliação da participação social e consolidação da cidadania. Em um contexto como o vivenciado pela pandemia do novo coronavírus, possibilita, ainda, a continuidade de diversas atividades, sem que essas percam seu caráter participativo e democrático. Conforme aponta Coll e Monereo (2010, p. 16), o fenômeno da internet na vida das pessoas constitui-se em “uma das manifestações que podem ser encontradas no novo paradigma tecnológico e das transformações socioculturais e socioeconômicas a ele associadas”. As TIC constituem-se, nesse cenário, como um novo espaço de acesso global para a ação social, e também como uma possibilidade de extensão para as ações de educação, ensino e aprendizagem (Castells, 2001).

Ressalta-se, contudo, que o domínio das tecnologias digitais, em alguns casos, pode ser acompanhado de dificuldades para o uso pleno e a compreensão de como os equipamentos funcionam. Além disso, algumas comunidades podem apresentar acesso restrito quanto aos sinais de internet. Deste modo, como ocorre nas metodologias participativas desenvolvidas totalmente *in loco*, os profissionais devem estar atentos para as especificidades, peculiaridades e individualidades vivenciadas por cada grupo social.

Proposta Metodológica

Neste tópico serão apresentadas as etapas metodológicas propostas para a execução deste tipo de trabalho, seguindo a metodologia híbrida sugerida. Basicamente, a metodologia consiste no desenvolvimento de três etapas: reunião de planejamento, mapeamento de *stakeholders* em campo e desenvolvimento das atividades. Todas estas etapas estão detalhadas a seguir.

1ª etapa – Reunião de Planejamento

Recomenda-se a realização de reuniões de planejamento e alinhamento antes de se dar início aos trabalhos, a fim de colocar todos os envolvidos (empresa, consultoria contratada e órgão licenciador) a par da metodologia proposta, obtendo a validação de todos.

Estas reuniões têm o objetivo de garantir o alinhamento das metodologias propostas, bem como de manter as demais partes envolvidas informadas sobre o andamento do projeto, além de evitar a necessidade de retrabalho, na medida em que os responsáveis pela avaliação e aprovação do projeto ficam cientes da metodologia que está sendo utilizada e a validam, garantindo o respaldo necessário

para o início e/ou continuidade dos trabalhos.

2ª etapa – Mapeamento de Stakeholders em Campo

Deve ser realizado um mapeamento de stakeholders em campo, com o objetivo de promover o primeiro contato com as comunidades e coletar números de telefone e outros dados de contato para que sejam alinhadas e realizadas as atividades futuras. Sugere-se que esta etapa seja realizada de forma presencial, obviamente com as devidas precauções no que diz respeito ao distanciamento mínimo recomendado entre as pessoas e o uso de máscaras.

Sendo realizada de forma presencial, esta etapa contribui para o estabelecimento de um sentimento de confiança da comunidade para com o pesquisador, na medida em que se promove um contato mais pessoal, “olho no olho”, o que gera um vínculo afetivo das pessoas não somente com o pesquisador, mas de uns com os outros e destes com o local em que vivem, gerando um sentimento de pertencimento. Quando isto não é realizado desta forma, o trabalho tende a apresentar problemas nas etapas posteriores.

Segundo Lesting (2004, p.39-40):

“[...] a importância do conceito de pertencimento explica-se na frágil relação do ser humano com o seu entorno, a partir do agravamento da crise ambiental na contemporaneidade, um desenraizamento que, supostamente, leva à não responsabilidade.”

A autora destaca, também, uma ideia de Morin (2000, p. 105), que diz respeito “a tomada de consciência de nossas raízes terrestres e de nosso destino planetário, como sendo uma condição necessária para realizar a humanidade e civilizar a Terra”. Desta forma, compreender a complexidade das questões associadas a territorialidade pode contribuir para a criação de ações que promovam a emancipação e autonomia das comunidades.

Esta metodologia proposta baseia-se nas ideias de Frederico Loureiro (2020), que propõe que estes stakeholders iniciais sejam multiplicadores, ou seja, tenham a função de compartilhar e disseminar as ações e materiais com o restante da comunidade. Em outras palavras, os multiplicadores seriam o canal de comunicação entre a equipe técnica responsável e a comunidade.

Com estes contatos coletados de forma presencial, podem ser criados grupos no aplicativo de mensagens *WhatsApp*, que poderá servir como ferramenta de apoio na comunicação, para mensagens breves, avisos e informações que precisarem ser repassadas de maneira mais ágil.

Para a criação dos grupos de *WhatsApp*, é importante que tenha havido um contato prévio com os stakeholders envolvidos, a fim de contextualizá-los do projeto como um todo, caso isto ainda não tenha sido feito, bem como informar sobre a existência do grupo e solicitar sua autorização para inclusão no mesmo.

Para criar um grupo no *WhatsApp*, deve-se acessar o ícone representado por três

pontos no canto superior direito da tela inicial do aplicativo, em seguida deve-se selecionar a opção “Novo grupo”. Será solicitado então que sejam selecionados os contatos que serão incluídos no grupo, sendo que estes contatos deverão estar previamente salvos na lista de contatos do aparelho telefônico. Após isto, será solicitada a criação de um nome para o grupo e a inclusão de uma imagem para o grupo, que é opcional.

Mesmo após a criação do grupo, outros contatos podem ser adicionados, contudo, destaca-se que os contatos adicionados em grupos nos quais já houve uma troca de mensagens não conseguirão visualizar as mensagens anteriores, de quando ainda não estavam no grupo.

A Tabela 2 e a Tabela 3, a seguir, apresentam dois modelos de Mapeamento de Stakeholders como exemplos do que pode ser feito nesta etapa.

Município(s)/Distrito e/ou Povoado: (Área de Influência Direta e Indireta do Empreendimento)					
SETORES	Nome completo, cargo e/ou função, endereço de casa e/ou do trabalho, telefone de casa e/ou do trabalho, melhor horário para receber os pesquisadores para aplicação do questionário (agendar dia e horário)				
	1	2	3	4	5
Saúde (secretário de saúde, médico, enfermeiro, dentista, auxiliar de saúde, paciente)					
Educação (Secretária de educação, diretora, supervisora escolar, professora, secretária, servente, representante de aluno)					
Habitação (secretário de obras, de planejamento, engenheiro, arquiteto)					
Turismo e Lazer (secretários de esporte e lazer, professores de educação física, profissionais ligados ao turismo: guias)					
Comércio/Associações Comerciais e Industriais (dono de mercearias, supermercados, bares e lojas, donos de pequenas, médias ou grandes indústrias...)					
Associações de Moradores (presidente, ex-presidente, tesoureiro, secretária, membros da associação)					
ONG's (membros)					
Líderes Religiosos (padres, freiras, pastores...)					

Imprensa Local (radialista, jornalistas, escritores...)					
SESI/SENAI/SENAC (sedes locais)					
Representantes do Poder Legislativo (vereadores, presidente da câmara)					
Secretaria da Fazenda e de Governo					
Órgãos Ambientais: EMATER					
COPASA/ SAAE					

Tabela 2: Modelo de Mapeamento de Stakeholders.

Fonte: SOCIOAMBIENTAL, 2017.

Mapeamento de Stakeholders			
Nome	Representação	Telefone	E-mail
Comunidade 1			
Comunidade 2			

Tabela 3: Modelo de Mapeamento de Stakeholders.

Fonte: SOCIOAMBIENTAL, 2017.

3ª etapa – Desenvolvimento de Reuniões e Demais Atividades

Para a realização de eventuais reuniões, encontros e outras atividades com as comunidades, sugere-se a metodologia do Grupo Focal, que pode ser aplicada através de plataformas de reuniões virtuais (*Zoom, Skype, Microsoft Teams, Google Meet* e outras), que podem ser utilizadas inclusive via celular, desde que haja acesso à internet.

Dentro do Grupo Focal devem ser incluídas outras técnicas participativas, como a Matriz de Priorização de Projetos, o Plano de Ação Participativo, entre outras. Contudo, não se deve ficar preso a uma única técnica, pois existem várias possibilidades quando se tem criatividade, sempre considerando as peculiaridades observadas em cada comunidade, mesmo na modalidade *online*.

Em termos didáticos para as comunidades, todas as plataformas oferecem recursos interessantes, no entanto, há que se considerar alguns prós e contras apresentados por cada plataforma. Alguns desses pontos encontram-se demonstrados na Tabela 4, na sequência.

Plataforma	Prós	Contras
	Não precisa instalar aplicativo no computador, apenas no celular	Como utiliza o nome de cadastro da conta do Google do usuário, o nome de quem acessa a reunião pode não corresponder ao nome que aparece na tela

Google Meet	Não é necessário cadastro prévio nem o preenchimento de nenhum dado, apenas clicar no link e acessar a reunião	Possui poucos recursos em relação a outras plataformas (ex: não gera lista de participantes)
	Sem limite de tempo e de número de participantes	-
Zoom	Possui muitos recursos, como geração de lista de participantes, entre outros	Tem limite de tempo de até 40 minutos na versão gratuita
	-	Interface um pouco mais complicada para quem não está habituado
Skype	Não possui limite de tempo e nem de número de participantes	Interface um pouco mais complexa para quem não está habituado
	Não precisa instalar aplicativo no computador, apenas no celular	Não gera lista de participantes
Skype	Quem acessar a reunião por link não precisa de cadastro prévio	-
	Microsoft Teams	Possui alguns poucos recursos para gerenciar a reunião
	-	Interface extremamente complexa

Tabela 4: Prós e contras das plataformas de reuniões virtuais.

Fonte: SOCIOAMBIENTAL, 2020.

É importante destacar que não se pretende, com esta análise dos prós e contras de cada plataforma, dizer que alguma plataforma seja melhor em detrimento de outra, tampouco fazer a divulgação de qualquer uma delas. O objetivo do texto é estritamente didático, ou seja, mostrar aquelas que melhor se adaptaram aos trabalhos mais recentes que foram realizados, tendo em vista que não há outras ferramentas disponíveis e tão acessíveis para estes fins.

Os stakeholders mapeados inicialmente, na etapa anterior, contribuirão também para o levantamento de outros atores que possuam acesso à internet para a participação nos Grupos Focais, que poderão contar com um número maior de participantes.

Os Grupos Focais poderão ser agendados conforme disponibilidade da maior parte da comunidade, e previamente divulgados em redes sociais e nos grupos de WhatsApp criados conforme descrito anteriormente.

Loureiro (2020) relata um exemplo de um projeto voltado a jovens pescadores, sendo que o público é mais habituado a tecnologias e contribuiu com a gravação de atividades, o repasse de contatos e a divulgação de materiais na comunidade.

A ideia é a realização de encontros presenciais com duas pessoas, com os encontros sendo gravados e postados em mídias sociais para o acesso do restante da comunidade. Em seguida pode ser agendado um encontro virtual, com participação de um número maior de pessoas, para discussão do material gravado.

Loureiro (2020) menciona, ainda, o caso de uma comunidade quilombola em que foi empregada a mesma metodologia, realizando breves encontros presenciais, de 5 a 10 minutos, com no máximo duas pessoas, e gravando estes encontros em vídeo para repasse ao restante da comunidade através das mídias sociais. Por meio dessa metodologia a comunidade foi preparada para um debate virtual, com um maior número de pessoas, realizado posteriormente.

Outras ideias são a realização de treinamentos com a comunidade para o acesso e utilização das mídias sociais e plataformas de reuniões virtuais, a utilização de carros de som como ferramenta de mobilização nas comunidades, e a utilização das mídias sociais para estreitamento do relacionamento com as comunidades, inclusive no aspecto emocional e social, realizando levantamentos de possíveis casos de COVID-19 e de outras possíveis demandas sociais que as comunidades possam apresentar em relação a políticas públicas diversas.

A mobilização no contexto de isolamento social deve, nesse sentido, ter como foco as lideranças comunitárias que possuem acesso a tecnologias de informação e comunicação, tornando-se assim multiplicadores para o restante da comunidade.

Na Figura seguinte, observa-se um ciclo representativo das etapas da proposta metodológica aqui apresentada:



Figura 2. Ciclo de etapas do processo metodológico proposto.

Fonte: SOCIOAMBIENTAL, 2020.

Uma metodologia comumente utilizada na coleta de dados junto a stakeholders é a aplicação de questionários. Segundo Vasconcellos & Guedes (2007, p.03), o questionário, enquanto ferramenta de comunicação e coleta de dados:

“[...] experimenta diferentes modalidades de implementação, seja em

função da sua natureza, das características dos prestadores de informação, dos recursos disponíveis para a investigação ou de exigências do delineamento da própria pesquisa que se conduz”.

Contudo, há que se considerar também que, de acordo com Felson (2001) citado por Vasconcellos & Guedes (2007, p.13):

“[...] todas as metodologias de pesquisa apresentam limitações. O pesquisador deve compreender estes problemas, realizar ações para minimizá-los e escolher a metodologia (ou combinação delas) que melhor responda aos objetivos da pesquisa.”

Ressalta-se que o questionário é uma forma de coleta de dados que se aplica em alguns casos específicos, mas não em todos. O pesquisador deverá ficar atento a essas questões, sobretudo porque em se tratando de diagnósticos socioambientais participativos, as técnicas devem, como o próprio nome indica, ser participativas.

Considerações Finais

O principal desafio da Educação Ambiental neste período de pandemia e no pós-pandemia diz respeito ao estímulo de fazer os indivíduos pensarem, instigá-los, provocá-los e disponibilizar repertórios e ferramentas que contribuam para que o pensamento, seja reflexivo, profundo e crítico, alicerçado no contexto onde as pessoas o exercitam.

A pandemia do novo coronavírus constitui-se em uma oportunidade para que o ser humano deixe de pensar apenas nas tarefas cotidianas e reflita sobre o que de fato faz sentido para a vida, quais são as causas dessa pandemia e as causas da degradação socioambiental que vem ocorrendo com frequência no planeta, sobretudo no Brasil, como a contaminação dos corpos d'água, pobreza, desmatamento, consumismo desenfreado, poluição atmosférica etc. Trata-se de um período onde se faz, ainda mais necessário, que o ser humano reflita sobre sua corresponsabilidade e se inclua como agente ativo no processo de degradação ambiental, mas também como peça principal na reformulação dos estilos de vida e na reformulação de atitudes para com o meio em que se vive.

A Educação Ambiental tem papel fundamental nesse contexto, enquanto ação mobilizadora. No cenário de pandemia, as metodologias precisam passar por adaptações para se adequar à realidade das atividades remotas, incorporando, ainda mais as possibilidades proporcionadas pelo emprego das TIC.

Com isso, fica evidenciado que a proposta metodológica sugerida neste artigo demonstra que, mesmo diante do distanciamento social imposto pela pandemia, ainda é possível obter resultados cientificamente válidos por meio do emprego de técnicas participativas. A metodologia híbrida garante que as ações presenciais não sejam totalmente desprezadas, possibilitando que o contato “cara a cara” ocorra, ainda que com as recomendações de distanciamento. Permite o uso das tecnologias nas atividades remotas para ações que, presencialmente, envolveriam um número maior de pessoas.

Quando bem planejadas e conduzidas, as atividades remotas com comunidades

garantem os mesmos resultados que estariam garantidos em uma atividade presencial, de forma que é necessário que a equipe envolvida no processo utilize de sua criatividade e de sua sensibilidade para com a comunidade, de forma a aplicar as metodologias mais adequadas à cada realidade.

Bibliografia

CARLETO, D. G., & SANTANA, C. da S. Relações intergeracionais mediadas pelas tecnologias digitais. **Revista Kairós Gerontologia**, 20(1). São Paulo (SP), Brasil: FACHS/NEPE/PEPGG/PUC-SP, pp. 73-91, 2017.

CASTELLS, M. A galáxia da Internet. **Plaza e Janes Editores**, Barcelona. 2001.

COLL, C; & MONEREO, C. Psicologia da Educação Virtual: Aprender e ensinar com as tecnologias da informação e da comunicação. **Artmed Editora**, 2010.

LAYRARGUES, P.P., 1999. A resolução de problemas ambientais locais deve ser um tema gerador ou atividade-fim da Educação Ambiental? In REIGOTA, M. (Org.). **Verde Cotidiano: o meio ambiente em discussão**. Rio de Janeiro: DP&A. p. 131-148.

LESTINGE, S. R. **Olhares de educadores ambientais para estudos do meio e pertencimento**. Tese (Doutorado em Recursos Florestais) – Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2004. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11150/tde-03022005-155740/publico/sandra.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2020.

LOUREIRO, Frederico. Educação ambiental Crítica: contribuições e desafios. In: BRASIL. **Vamos Cuidar do Brasil: Conceitos e práticas em Educação Ambiental na Escola**. Ministério da Educação. Brasília. 2007. p.57-64.

LOUREIRO, Frederico. **Propostas de ações e atividades no contexto do isolamento social**. [Entrevista concedida a] Inês de Oliveira Noronha. 29 jun. 2020.

MINAS GERAIS. Conselho Estadual de Política Ambiental. **Deliberação Normativa COPAM nº 238**, de 26 de agosto de 2020. Altera a Deliberação Normativa Copam nº 214, de 26 de abril de 2017, que estabelece as diretrizes para a elaboração e a execução dos Programas de Educação Ambiental no âmbito dos processos de licenciamento ambiental no Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte/MG, Diário do Executivo, 29 ago. 2020.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Editora Cortez, UNESCO, 2000, 115 p.

PRASNISKI, M. E. T. et al. Educação Ambiental Crítica e Conservadora nas Atas do ENPEC. In: **I Encontro de Ciências em Educação para a Sustentabilidade** (Anais...). Canoas: Universidade Luterana do Brasil, 2013, p. 1-12. Disponível em: <<http://www.conferencias.ulbra.br/index.php/ceds/1eces/paper/viewFile/1403/587>>. Acesso em: 01 out. 2020.

SATO, M. **Educação para o Ambiente Amazônico**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Carlos, 1997. 245p.

SAUVÉ, L. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. In: SATO, M.; CARVALHO, I. **Educação Ambiental: pesquisa e desafios**. Porto Alegre: Artmed. p.17-44, 2005.

VASCONCELLOS, L.; GUEDES, L. F. A. E-surveys: Vantagens e Limitações dos Questionários Eletrônicos via Internet no Contexto da Pesquisa Científica. In: **X SemeAd - Seminário em Administração FEA/USP** (São Paulo, Brasil), 2007.

VELOSO, R. dos S. **TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO**. Saraiva Educação SA, 2017.